

## **LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA DO CENTRO DE DIA DA CASA DO POVO DAS DOZE RIBEIRAS**

**Terceira, 25 de abril de 2016**

### ***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para manifestar o gosto que tenho em partilhar convosco este momento simbólico que marca o arranque da construção deste Centro de Dia da Casa do Povo das Doze Ribeiras.

Um gosto que deriva, desde logo, do facto de assim se cumprir mais um compromisso que permite colocar ao serviço dos nossos concidadãos este importante equipamento social, através de uma parceria entre o Governo dos Açores e a Casa do Povo desta freguesia.

Mas, a satisfação que tenho por partilhar convosco este momento deriva, também, do facto de hoje se comemorar uma data que está intimamente ligada aos Açores de hoje, ao desenvolvimento e ao progresso que se registou na nossa Região nas últimas quatro décadas.

Falo, naturalmente, da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 74, que permitiu que o sonho de gerações de Açorianos se concretizasse através da consagração da Autonomia Política-Administrativa e, também, da existência e funcionamento de órgãos de governo próprio, o que permitiu um salto sem paralelo na nossa história do ponto de vista do nosso desenvolvimento e do nosso progresso económico e social.

Essa é uma razão acrescida para que, também aqui, festejemos o 25 de Abril como um momento que nos deu a liberdade de sermos nós - Açorianos - a ter nas nossas mãos a definição do nosso destino.

Festejar o 25 de Abril nos Açores é, assim, não só festejar a liberdade e a democracia, mas também festejar uma porta que se abriu para que nesta Região se implementasse um dos projetos de vivência coletiva de maior sucesso da nossa história democrática.

Permitam-me que vos transmita, também, esta ideia de que não há melhor forma de comemorar Abril nestas ilhas do que este momento em que os órgãos de governo próprio da Região, em parceria com as instituições privadas, lançam mais uma obra destinada a servir os Açorianos.

No fundo, o que estamos aqui a fazer é dar cumprimento a este sonho e a estas expectativas de Abril, dando expressão prática à satisfação de necessidades, de anseios do Povo Açoriano, ou seja, lançando mão dos instrumentos que a nossa Autonomia nos confere, num país livre e democrático, para servir os nossos concidadãos.

A área do apoio social aos que se encontram em situação de maior fragilidade constitui, exatamente, uma das mais expressivas provas, no dia-a-dia dos Açorianos, das maisvalias que a nossa Autonomia nos trouxe, como é hoje exemplo mais concreto e mais palpável esta obra do Centro de Dia que aqui está a ser edificado.

Trata-se de um investimento superior a um milhão de euros para servir cerca de 30 idosos, contando quer com a parte de infraestrutura física, quer com a parte de equipamento, e que não é, porém, um caso isolado na nossa Região.

Obedece a uma opção política muito clara, muito concreta, muito simples de enunciar e que é a de, até ao limite das nossas competências e até ao limite dos nossos recursos, podermos, também nesta vertente política do apoio social, criar uma rede de proximidade disponível em todos os concelhos e em todas as ilhas da nossa Região.

Uma rede de apoio que tem sido, ao longo desta legislatura, reforçada de forma consistente com a criação ou requalificação de 11 respostas sociais especificamente dirigidas aos nossos idosos, num montante de investimento público de cerca de 17 milhões de euros e que serve quase 700 Açorianos e as suas famílias.

Só aqui na ilha Terceira, por exemplo, já investimos, no período temporal desta legislatura, mais de 7,5 milhões de euros na remodelação e na construção de novos lares e centros de dia e de convívio.

Este é um bom investimento, um investimento que nos deve honrar, não apenas ao Governo dos Açores, mas que nos deve honrar enquanto Povo e enquanto Região, que nos deve honrar enquanto sociedade, na medida em que damos expressão prática a este compromisso, a este valor da nossa sociedade de cuidarmos daqueles que, numa fase mais avançada da sua vida, também necessitam do nosso apoio e do nosso carinho.

Esta obrigação que assumimos de cuidar e de curar daqueles que nos antecederam não é algo que se esgote apenas na construção de infraestruturas, na construção de edifícios.

É uma política que temos seguido e que tem tido expressão prática num conjunto de outros instrumentos e de outras medidas que gostaria de realçar neste momento porque elas são também prova deste cuidado e da concretização, no fundo, no cumprimento deste objetivo.

O caso do ‘cheque pequenino’, o Complemento Regional de Pensão, que apoia cerca de 35 mil idosos na nossa Região, e que significa um volume financeiro para esse apoio de cerca de 25 milhões de euros por ano.

Mas, também, podíamos falar de outros apoios, como é o caso do apoio para aquisição de medicamentos por idosos, que beneficiou mais de cinco mil idosos neste último ano.

Estas medidas, sobretudo o Complemento Regional de Pensão, foi, ao longo desta legislatura, reforçado todos os anos, permitindo que cheguemos a este último ano da

legislatura com um crescimento de cerca de 10%, que ocorreu na globalidade destes quatro anos.

Se é certo que estas são componentes de uma política que desenvolvemos, são, no fundo, valores que interessa também realçar e referir num tempo em que, muitas vezes, se coloca em causa, se questiona, até se duvida, daquela que é a mais-valia desta componente da nossa Autonomia de sermos nós a decidirmos o nosso destino, de sermos nós, Açorianos, a ter a capacidade de definir políticas que, no caso concreto deste Governo, têm obedecido a um critério muito claro: o de, sobretudo, nestes anos de maior turbulência, nestes anos de maiores dificuldades para as famílias açorianas, tentarmos, no máximo das nossas competências e no máximo dos nossos recursos, não deixar ninguém para trás.

É isso que justifica estas medidas que têm sido dirigidas para os nossos idosos. É isso que também justifica aquelas que são medidas dirigidas para a nossa infância, para a nossa juventude, no fundo, criando condições do ponto de vista infraestrutural, do ponto de vista de medidas que possam ajudar a que, efetivamente, esta fase mais turbulenta seja atravessada de uma forma menos penalizadora para todos aqueles que estão envolvidos.

Isso não teria sido possível fazer sem o contributo e sem a parceria que se estabelece com um conjunto de entidades como as Casas do Povo, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que são, neste domínio, parceiros essenciais para a concretização dessas políticas.

A grande força que a Região Autónoma dos Açores tem neste domínio, a grande força que tem sido possível desenvolver e que tem feito acontecer esse conjunto de investimentos, de apoios, no fundo, esse olhar mais solidário para os nossos concidadãos que estão numa situação de maior fragilidade, tem o cunho e tem a marca desta parceria que se estabelece entre o Governo dos Açores e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Esse, também, é um sinal deste tempo de vivemos, no sentido de reforçarmos e de salientarmos a importância que tem podermos desenvolver, podermos ser nós a decidir essas parcerias, podermos, no fundo, sermos nós – Açorianos - a concretizar e a beneficiar desses investimentos que são feitos e dessas medidas que são tomadas.

As minhas felicitações à Casa do Povo das Doze Ribeiras por, assim, também se concretizar esta obra. As maiores felicitações à Freguesia das Doze Ribeiras, que assim vê também qualificada a sua componente social e de apoio social.

Votos de um bom trabalho a todos aqueles que vão estar envolvidos na construção desta infraestrutura. Que a construção decorra célere, sem qualquer percalço e que possamos, dentro em breve, todos nós Açorianos, porque é também disso que se fala, e possa a Freguesia das Dose Ribeiras, beneficiar desta infraestrutura.

Muito obrigado pela vossa atenção.